



**RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DA VINCULAÇÃO À MÃE  
E A COGNIÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR**

**Ana Filipa Ribeiro David**

**Nº 15252**

**Orientador: Professor Doutor Francisco Peixoto**

**Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de**

**Mestre em Psicologia**

**Especialidade em Psicologia Educacional**

2008

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Francisco Peixoto, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Educacional

conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro.

## RESUMO

O presente estudo analisa a relação entre a qualidade da vinculação da criança à mãe e a cognição social, revelada pela primeira em idade pré-escolar.

Os participantes foram 50 díades mãe/criança. As crianças tinham idades entre os 4 e os 5 anos, enquanto que as mães variavam entre os 20 e os 41 anos ( $M = 34,88$  anos e  $DP = 4,114$ ).

Para a recolha de dados, utilizaram-se o Attachment Behaviour Q-Set (Waters, 1987) e a Bateria de Provas Sócio-Cognitivas (Strayer, Gravel, Pagé e Biazutti, 1994). Através da análise hierárquica de *clusters* e das representações maternas, distinguiram-se dois grupos de crianças - seguramente e inseguramente vinculadas. Através do Coeficiente de Pearson, constatou-se que o critério score de Segurança, presente na díade, se encontrava significativamente correlacionado com a Descentração Cognitiva, a nível global ( $R = 0.460$ ,  $p < 0,05$ ) e justificação ( $R = 0,433$ ,  $p < 0,05$ ). Através de uma análise de variância, verificaram-se diferenças significativas, relativamente à idade, nas dimensões descentração cognitiva e afectiva. Em relação ao score de Dependência ( $p > 0,05$ ), não se verificou qualquer correlação. Através da mesma correlação, observou-se que a escala *Proximidade com a mãe* se encontrava correlacionada com a Compreensão Pró-Social ( $R = -0.288$ ,  $p < 0.042$ ).

Os resultados obtidos sustentam o objectivo estudado, pois constatou-se uma relação entre a qualidade da relação de vinculação e o desenvolvimento sócio-cognitivo.

Palavras-chave: vinculação, cognição social, *maternal mind-mindedness*.

## ABSTRACT

The present study that aims to analyse the relation between patterns of children's social thought and quality of attachment relationships.

The participants were 50 dyads children-mothers. Children's age ranged between 4 and 5 years and mother's age ranged from 20 and 41 years ( $M = 34,88$  anos e  $SD = 4,114$ ).

Mothers were asked to complete the Attachment Q-Set (Waters, 1987) and the children's social thought was evaluated through their social interpretations of several contents. *Clusters* analyses of obtained Q profiles revealed two different types of attachment relationships, children's secure and insecure attached. The Pearson's correlation showed that secure score, present in dyad, was significantly correlated only with cognitive decentration, in global ( $R = 0.460$ ,  $p < 0,05$ ) and justification level ( $R = 0,433$ ,  $p < 0,05$ ). Through Anova's analysis, significant differences happened, relatively to the age, in the dimensions cognitive and affective decentration. Regarding the dependence score ( $p > 0,05$ ), any correlation happened. Through the same correlation, it was noticed that the scale *Proximity with the mother* was correlated by the Prosocial Reactivity ( $R = -0.288$ ,  $p < 0.042$ ).

The obtained results support the studied objective, so there is a relation implicit between the quality of attachment and the development of social cognition.

keywords: attachment, social cognition, security, maternal mind-mindedness.

## 1. Introdução

Sabemos que os seres humanos não nascem com a capacidade de cuidar deles próprios, eles são completamente dependentes de alguém nos primeiros anos de vida. Um prestador de cuidados primário, alguém com quem a criança estabelece um elo significativo e se vincula emocionalmente, é responsável por cuidar e fomentar o desenvolvimento da criança, permitindo um crescimento o mais saudável possível (Ranson & Urichuk, 2008).

Para Bowlby, o comportamento na relação de vinculação traduz-se num comportamento que tem como objectivo a proximidade e a protecção da figura materna. Estes comportamentos tornam-se preditivos e têm a função evolutiva de proteger a criança do perigo. Uma vez vinculadas, as crianças são capazes de utilizar a figura vinculativa, como uma base segura, para explorar o meio envolvente pois, na presença dessa referência, as crianças são capazes de se sentirem mais seguras para investir na sua própria autonomia (Bretherton, 1992). A capacidade da criança, para usar a figura vinculativa como base segura, permite-lhe que tenha um refúgio de segurança e permite a necessária confiança para explorar e dominar diferentes contextos. Segundo o mesmo autor, a função das relações de base segura consiste sempre em suportar um desenvolvimento competente e promover uma maior segurança, protegendo a criança do perigo e estimulando, ao mesmo tempo, a sua autonomia. Esta função é realçada quando a figura de base segura se mostra sensível e responsiva (Waters & Cummings, 2000). Deste

modo, o comportamento de base segura promove o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança e os seus comportamentos exploratórios (Bretherton, 1992).

A ligação do bebé à sua figura referente reflecte características operacionais de um sistema de controlo que engloba informação sobre a criança, o contexto e o acesso, passado e presente, à figura vinculativa. Este sistema de controlo da relação de vinculação é construído ao longo das inúmeras interações que a criança estabelece com o seu prestador de cuidados, através da predisposição das suas capacidades de aprendizagem e da sensibilidade e disponibilidade das experiências sociais precoces em diversos contextos. Estes sistemas de controlo são desenvolvidos nas experiências quotidianas, desempenhando um papel na organização dos comportamentos e das emoções nas diversas relações diádicas (Waters & Cummings, 2000).

Bowlby sugere que as crianças são equipadas de modelos internos mentais de funcionamento, modelos adquiridos através da interação interpessoal. Este conceito encontra-se dentro das representações mentais e dos componentes do sistema de controlo de base segura. Assim, se a figura vinculativa tiver conhecimento das necessidades do bebé de forma a proporcionar-lhe conforto e protecção enquanto que, simultaneamente, respeita o seu espaço para explorar de forma independente o meio que o rodeia, a criança está provavelmente a desenvolver um modelo de funcionamento interno do self valorizado e auto-confiante. Pelo contrário, se a figura vinculativa rejeitar frequentemente o que a criança oferece, para se sentir mais confortável e para explorar o meio envolvente, é provável que desenvolva um modelo incompetente do funcionamento interno do *self*. Posto isto, a criança constrói um modelo de funcionamento interno através das experiências que vive e das relações que estabelece com o outro. Por sua vez, as representações mentais que a criança constrói das suas experiências precoces desempenham um papel importante na aplicação do conceito de base segura nas relações de vinculação depois da infância. A compreensão desta relação, entre o desenvolvimento cognitivo e as representações da

base segura, pode desempenhar um papel fundamental na clarificação do conteúdo e da organização dos modelos de funcionamento na relação de vinculação (Bretherton, 1992).

Mary Ainsworth contribuiu para a teoria de Bowlby quando construiu uma metodologia que se mostrou eficaz para testar as ideias empíricas do autor. Após a realização de diversos estudos experimentais, a autora sugere uma classificação dos diferentes padrões característicos de uma relação de vinculação. Estes padrões apontavam também uma relação significativa entre uma vinculação segura e uma sensibilidade, por parte da figura vinculativa, aos comportamentos do bebé. Deste modo, crianças de mães consideradas sensíveis, ou seja, confidentes, atentas e responsivas ao comportamento dos seus filhos, tendiam a demonstrar a construção de um vínculo seguro. Por outro lado, as crianças de mães menos sensíveis foram mais facilmente classificadas como tendo fomentado uma relação de vinculação insegura entre ambas (Bretherton, 1992).

A confiança que a criança deposita na mãe é uma confiança que advém da experiência. Se a mãe estiver sempre ali quando o bebé necessita, ele espera que ela esteja lá numa próxima situação. Se a mãe o decepcionar e não for responsiva e contentora aos seus sinais, então o bebé não saberá o que pode esperar numa próxima vez (Waters, 2004). A criança aprende a confiar num prestador de cuidados consistente e responsivo. As representações da relação de vinculação são pensadas como resultado das interacções e são susceptíveis de afectarem o desenvolvimento futuro da criança. Isto porque o desenvolvimento de modelos internos mentais, baseados nas interacções precoces, toma referência nas interacções que a criança estabelecerá futuramente (Ranson & Urichuk, 2008).

Para Fonagy, Gergely e Target (2007), a capacidade para dar um significado subjectivo às experiências psicológicas torna-se possível como resultado do desenvolvimento da nossa capacidade para compreender que as acções dos outros, tal como acontece com as nossas próprias acções, são conduzidas por estados mentais e pelo

estabelecimento de estratégias adaptativas de mentalização. Estas estratégias adaptativas permitem-nos interpretar as acções como consequências de estados mentais intencionais, como crenças, desejos e intenções e, por um processo análogo, permitem também uma representação da mente do outro que nos torna capazes de inferir, atribuir e representar os estados mentais intencionais dos outros. Assim, se nós queremos prever e justificar cada acção do outro, teremos de compreender que somos possuidores de mentes distintas. Mentes que, por sua vez, contêm diferentes modelos mentais de realidade mas que é esta realidade interna, mais do que a externa, que impulsiona as nossas acções.

Esta competência está presente no desenvolvimento cognitivo da criança desde muito cedo. Trevarthen (2005) demonstrou que um recém-nascido mostra-se já interessado na atenção da pessoa que lhe está próxima. O autor tem demonstrado que a criança aparenta ser dotada de uma tendência para fazer movimentos emocionalmente expressivos, com a voz, face e mãos, as quais estão idealmente adaptadas a expressões emocionais interpessoais (Trevalthen, 2001, 2005). A perspectiva pedagógica do prestador de cuidados assegura que a criança naturalmente se volte para ele com o intuito de lhe proporcionar informação acerca da natureza do mundo, interno e externo. A mentalização, para além de uma predisposição biológica, evolui para uma orientação partilhada e para a representação da realidade externa. Com a representação de segunda ordem e a exemplificação de esquemas mentais para dar sentido às acções dos outros, a postura reflexiva do prestador de cuidados transforma as competências de mentalização, automáticas e implícitas, para uma teoria da mente, externa e potencialmente expressiva verbalmente. A criança chega à conclusão que a reacção da figura vinciativa para com ela ganha sentido na atribuição de estados mentais, como crenças ou desejos, os quais, numa primeira instância, ela assume como conhecidos e acessíveis por todos. Com a vivência de diversas situações sociais e com as transformações cognitivas, este pressuposto começa a não fazer sentido e a criança vai percebendo que as suas experiências nem sempre são

partilhadas pelos outros, dando uma visão mais subjectiva ao seu próprio *self* (Fonagy et al., 2007).

Fonagy et al. (2007) sugerem que a capacidade de mentalização, em conjunto com muitas outras capacidades sócio-cognitivas, é designada como uma ferramenta capaz de desenvolver a cognição social da criança, para além da experiência social de interacção precoce, nomeadamente aquilo que o prestador de cuidados proporciona à criança.

Posto isto, um marco importante no desenvolvimento sócio-cognitivo é a compreensão que as crianças adquirem dos seus estados mentais e dos estados mentais dos outros. Este entendimento proporciona um fundamento para interpretar o comportamento e interagir e, só assim, o desenvolvimento de uma compreensão social. Por sua vez, esta compreensão social é essencial para que o indivíduo consiga orientar o seu comportamento e perceber que este, embora seja da sua autoria, influencia e afecta os outros que o rodeiam. Esta construção da significação social é um processo interactivo, que tem início no nascimento da criança e que se desenvolve e se estende no decurso das primeiras experiências sociais e relacionais (Ferreira, 2004).

De acordo com Thompson (1998), são inúmeras as investigações que demonstram uma afinidade entre a qualidade da relação de vinculação e o desenvolvimento cognitivo, social e afectivo da criança. Também Ranson e Urichuk (2008) afirmam que as classificações da relação de vinculação na infância podem ser demonstradas para predizer um nível de competência sócio-emocional, numa variedade de medidas, nos primeiros quatro anos de vida. Uma relação de vinculação segura na infância tem sido encarada como preditora de capacidades como a cooperação, o desenvolvimento da consciência e de uma grande habilidade dos bebés para imitar as suas mães, competência que é crucial quando a criança se depara com a aprendizagem de um novo conhecimento (Londerville & Main, 1981; Kochanska et al., 1999).

Teorias psicológicas contemporâneas têm enfatizado a relação do *self* com o ambiente contextual. Esta ênfase encontra-se também inerente na conceptualização da representação de vinculação (Mikulincer & Shaver, 2005; cit por Foster, Kernis & Goldman, 2007), que compreende tanto a construção de modelos internos dinâmicos do *self*, como das relações que são enraizadas na qualidade das relações precoces com as figuras vinculativas (Collins, Ford Guichard & Allard, 2006; cit por Foster et al., 2007). Bowlby elucidou ainda a função destes modelos de funcionamento interno focando-se na transmissão intergeracional dos padrões de vinculação. Desta forma, indivíduos que tendem a crescer relativamente estáveis e auto-confiantes, normalmente têm pais que são compreensivos e encorajadores da autonomia da criança. Estes pais não tendem apenas a proporcionar uma comunicação dos seus próprios modelos de funcionamento interno como indicam à criança que estes mesmos modelos podem sempre ser adaptados e questionados (Bretherton, 1992). Também Ranson e Urichuk (2008) afirmam que as representações da relação de vinculação vão sendo actualizadas ao longo das experiências sociais vividas pelo sujeito, resultando nas representações de vinculação em adulto que podem, ou não, reflectir as que foram observadas na infância. Mesmo assim, as experiências de interacção social afectam em grande parte o desenvolvimento sócio-cognitivo da criança. Isto porque a influência exercida nos primeiros anos de vida é mais eficazmente transmitida num contexto de inter-ajuda e envolvimento conjunto, capaz de promover a cooperação entre uma criança participativa e um adulto sensível (Schaffer, 1996). Deste modo, alguns investigadores têm analisado as relações entre a segurança na relação de vinculação e a compreensão social da criança. A investigação mais recente tem examinado histórias específicas de interacção social com os pais, irmãos e pares, realçando o discurso sobre estados mentais como um importante aspecto nas experiências precoces. A importância da comunicação entre as crianças e os sujeitos significativos sobre

os pensamentos, intenções e desejos dos outros, está presente nas interações com os membros da família e na relação entre pares (Symons, 2004).

Fonagy et al. (2007) corrobora a pertinência atribuída a esta variável, referindo que as evidências da influência da vida social na mentalização começaram com os resultados descobertos acerca do tamanho da família. Por outro lado, na relação entre pares, segundo este mesmo autor, a brincadeira faz-de-conta encontra-se sempre presente. Este protótipo de brincadeira conjunta torna-se fundamental, pois tem a possibilidade de proporcionar à criança uma zona de desenvolvimento proximal, tendo em conta as suas capacidades, de forma a facilitar a prática da sua mentalização, aspecto essencial de todas as relações entre pares (Dunn & Brophy, 2005). Contudo, importa salientar que o resultado desta estimulação não depende apenas do incentivo que os agentes socializadores promovem à criança. Pois o próprio papel que esta possui, como participante activo na sua aprendizagem e no seu comportamento pró-social, fornece-lhe a oportunidade de aprender, agindo, e assim atingir um empenho cada vez maior nestas práticas. Assim, esta aprendizagem pode ser tanto mediada pelos pais, como pelos irmãos ou mesmo pela própria criança.

Sabemos então que, numa perspectiva cognitivista do desenvolvimento, o historial das relações, que a criança vai estabelecendo com os outros, pode contribuir para diferenças individuais no desenvolvimento sócio-cognitivo (Astonington, 1993; Baldwin & Moses, 1996; Barresi & Moore, 1996; cit por Symons & Clark, 2000). Contudo, esta relação é difícil de ser compreendida com base numa relação directa. Segundo Meins, Fernyhough, Wainwright, Das Gupta, Fradley e Tuckey (2002), alguns estudos permitiram realçar que embora a segurança na relação de vinculação não consiga predizer uma capacidade para ver o outro como um indivíduo com mente, por vezes, quando relacionada com os comentários sobre estados mentais, esta relação já se verifica. Assim sendo, mesmo que não seja uma relação directa, sabemos que a segurança na relação de vinculação

predispõe uma linguagem e que, essa sim, prediz o desenvolvimento do modo como a criança se vê a si e aos outros no mundo social. Esta mesma linguagem é considerada um mecanismo potencial no desenvolvimento dos diferentes aspectos da compreensão social, principalmente porque está implícita num estilo parental sensível e responsivo às necessidades da criança e aos seus estados mentais, pois embora este tipo de discurso seja iniciado e promovido pelos pais, estes têm de ter consciência dos interesses e capacidades do seu filho (Symons & Clark, 2000). A maior evidência advém da grande predisposição das mães para tomarem uma perspectiva psicológica dos seus filhos, incluindo a capacidade de *“mind-mindedness”* e a função reflexiva na interação diádica para descrever as crianças. Esta característica está associada tanto com uma relação de vinculação segura, como com a capacidade de mentalização (Fonagy & Target, 1997; Meins et al., 2003; Sharp, Fonagy & Goodyer, 2006; Slade, 2005; Fonagy et al., 2007).

Segundo Meins et al. (2002), a *“maternal mind-mindedness”* consiste na capacidade da mãe cuidar do seu filho como um indivíduo com mente, capaz de demonstrar comportamentos intencionais (Meins, 1998). Esta capacidade pode ser observada, desde os primeiros anos de vida, nas interações que se estabelecem entre a criança e a sua mãe ou outro prestador de cuidados (Meins, Fernyhough, Fradley & Tuckey, 2001). Tendo em conta esta definição, as mães que estabelecem uma relação de vinculação segura com os seus filhos são, mais facilmente, capazes de se focarem nos atributos mentais da criança, comparativamente com as mães que estabelecem uma relação de vinculação insegura. As crianças que são descritas com referência a qualidades mentais, demonstram uma maior predisposição para uma elevada compreensão social, uma vez que as suas figuras referentes demonstram ser capazes de conseguir interpretar, de um modo apropriado, o comportamento recorrendo aos seus pensamentos, intenções ou memórias. Assim sendo, estes comentários podem tornar-se bons indicadores de uma vinculação segura, tanto quanto a variável sensibilidade materna (Ainsworth, Bell & Stayton, 1971, 1974). Meins,

Fernyhough, Russel e Clarck-Carter (1998) afirmam que uma vinculação segura contribui para que a criança compreenda mais facilmente a sua mente, independentemente da sua precoce capacidade mental.

A maioria destes comentários referem-se aos estados mentais da criança, raramente os comentários se referem aos estados mentais dos outros. Esta contingência, entre o comportamento da criança e os comentários relatados pela mãe, pode ajudar a compreender o comportamento e os estados mentais que lhe estão associados. Ao mesmo tempo, ajuda a que os comentários da mãe se tornem mais transparentes, permitindo à criança integrar a informação relativa ao seu comportamento, sempre com a perspectiva linguística dos seus próprios estados mentais. De acordo com este ponto de vista, a simples exposição a uma linguagem de estados mentais que reflecta os estados mentais da criança, pode facilitar o desenvolvimento da sua compreensão social (Meins et al., 2002). Segundo Fonagy (2007), a conversação e o diálogo com outros relembram-nos constantemente que estes têm desejos, crenças e intenções que podem ser semelhantes, ou não, dos nossos e esta aprendizagem tomará lugar na conversação onde os estados mentais são explicitamente ou implicitamente utilizados (Harris, 2005).

Meins, Fernyhough, Fradley e Tuckey (2001) argumentam que um elo preditivo, entre esta linguagem de estados mentais e uma relação de vinculação segura, revela-se proeminente para o desenvolvimento da cognição social da criança. Isto porque a existência de uma capacidade de “*maternal mind-mindedness*” denuncia uma capacidade precoce da mãe para representar, apropriadamente, os estados mentais do seu filho e, por conseguinte, clarificar uma compreensão das suas atitudes intencionais (Fonagy & Target, 1997). Podemos então afirmar que uma vinculação segura não pode, portanto, predizer um desenvolvimento sócio-cognitivo na criança, independente da capacidade de “*maternal mind-mindedness*”.

---

Contudo, existe alguma resistência em relacionar estas duas variáveis, uma vez que não são obtidas no mesmo momento e de forma imediata. Não existem argumentos que possam explicar uma relação directa entre a vinculação segura, na infância, e o desenvolvimento sócio-cognitivo, três anos mais tarde, uma vez que a criança se encontra em constante evolução. O que se pode explicar é a relação entre estes dois factores em termos de influências sociais. Isto é, os outros com quem a criança convive, desde a sua infância até aos quatro ou cinco anos, são capazes de influenciar a sua compreensão da mente. Neste sentido, uma mãe capaz de proporcionar uma vinculação segura ao seu filho, revelando ser uma tutora mais sensível, quando ambos colaboram nas inúmeras tarefas quotidianas, esta pode facilitar a compreensão social da criança.

O presente trabalho tem como objectivo inicial caracterizar a qualidade da relação de vinculação estabelecida nas díades que constituíram a amostra em estudo. O segundo objectivo consiste em avaliar a capacidade da criança em tomar a perspectiva do outro e perceber que estes podem ter pensamentos e sentimentos, diferentes dos seus.

Espera-se, então, que no presente estudo se verifique uma relação entre a qualidade da relação de vinculação e a cognição social da criança. Posto isto, pretendeu-se aprofundar a seguinte questão:

- Será que existe uma relação entre a qualidade da relação de vinculação das crianças à mãe e a cognição social apresentada pelas mesmas crianças?

## Participantes

---

Os participantes, neste estudo, foram 50 díades mãe/criança. Aquando a recolha das informações, relativas ao *Attachment Behaviour Q-Set*, as crianças tinham idades compreendidas entre os 4 e os 5 anos, sendo que 26 crianças tinham 4 anos e 24 crianças tinham cinco anos. Do total das crianças, 24 pertenciam ao sexo feminino e 26 ao sexo masculino.

A idade de entrada das crianças para a Creche/Jardim-de-infância variava entre os 3 e os 53 meses ( $M = 25,90$  meses e  $DP = 16,098$ ).

Quanto às mães das respectivas crianças, as suas idades variavam entre os 20 e os 41 anos ( $M = 34,88$  anos e  $DP = 4,114$ ). O nível sócio-cultural foi avaliado em função do nível de escolaridade das mães, observando-se uma média de escolaridade de 12,82 ( $DP = 4,217$ ).

## Instrumentos

Para a recolha de dados essenciais à realização do presente estudo utilizaram-se dois instrumentos: o *Attachment Behaviour Q-Set* – AQS na versão 3.0 (Waters, 1987) e a Bateria de Provas Sócio-Cognitivas, elaborada por Strayer et al. (1994).

*Attachment Behaviour Q-Set* – AQS (versão 3.0, Waters, 1987). O AQS permitiu avaliar a representação da relação de vinculação da criança à mãe, de forma a obter uma descrição pormenorizada do comportamento vincutivo da criança e do seu desenvolvimento, possibilitando a observação das continuidades e mudanças individuais (Veríssimo, Blicharsky, Strayer & Santos, 1995). Possibilitou, também, identificar grupos homogéneos de crianças uma vez que apresentavam algumas semelhanças em múltiplas facetas do comportamento social precoce, sendo possível estabelecer uma comparação

dos seus comportamentos com dois critérios scores: segurança e dependência. Em relação ao score da sociabilidade, presente na versão original, não foi abordado na versão de 1987. A versão 3.0 do Attachment Behavior Q-Set é constituída por 90 afirmações descritivas do comportamento da criança observado, durante períodos de interacção com as mães ou com o seu prestador de cuidados habitual. Estas afirmações permitiram determinar o comportamento de base segura de cada criança entre os doze meses e os cinco anos de idade. Nesta versão, os resultados foram satisfatórios uma vez que foram os próprios progenitores a descrever o comportamento dos seus filhos. Estes 90 itens são apresentados em 90 cartões, divididos pela mãe numa escala de nove níveis, conforme a contingência existente entre os respectivos itens e o comportamento da criança, estando implícito alguns aspectos da relação diádica.

A fim de se analisar os resultados obtidos, utilizaram-se as Escalas de Posada e Waters (1995, cit por Posada, Waters, Crowell & Lay, 1995), derivadas do AQS. Estas escalas têm como base os itens do Attachment Behavior Q-set que estão directamente relacionados com o constructo de base segura, passíveis de serem observados durante as visitas domiciliárias. Estes itens comportam condutas cruciais para o fenómeno de base segura, comportamentos da criança em interacção com a sua mãe e comportamentos com outros adultos mediados pela mãe. As quatro escalas referem-se a domínios específicos do comportamento da criança avaliados pelo AQS. Deste modo, as escalas são: *Interacção suave com a mãe* (17 itens) que diz respeito ao estado emocional da criança quando interage com a mãe e à harmonia existente entre ambas, *Proximidade com a mãe* (13 itens) que se relaciona com a noção de localização da mãe, o regressar para junto de si e o manter a proximidade ou afastamento da mãe, *Contacto físico com a mãe* (7 itens) que diz respeito à satisfação obtida pelo contacto físico com a mãe e ao facto da criança se sentir confortada ou consolada pelo prazer no contacto com a mãe e, por último, *Interacções com outros adultos* (13 itens) que se refere à prontidão da criança para a interacção e para o

prazer nas interações com outros adultos, por vezes através do encorajamento e apoio da mãe.

*Bateria de Provas Sócio-Cognitivas (Strayer, Gravel, Pagé & Biazutti, 1994)*. Este instrumento apresenta como objectivo analisar o pensamento social das crianças (Strayer et al., 1994), tendo em conta as seguintes séries de provas: *Descentração Social* e *Compreensão Pró-Social*. A série *Descentração Social*, elaborada por Lefebvre – Pinard e Lamarche (1980, citados por Strayer et al., 1994) foi utilizada para avaliar a descentração cognitiva e afectiva da criança. É composta por duas provas: “Escolha de um presente” e a “Escolha de um rosto (A e B)”. Relativamente à primeira prova, é constituída, na sua essência, por três histórias. No entanto, para o presente estudo foram utilizadas apenas duas dessas histórias que avaliaram a capacidade da criança perceber cognitivamente o outro. Em cada história foi apresentado ao sujeito um cartão ilustrando um menino(a) que sofre de um handicap (nos seus membros superiores ou inferiores) sendo, posteriormente, relatada uma história sobre o mesmo. De seguida, foram lhe mostrados três cartões que ilustravam brinquedos para oferecer à criança doente, tendo em conta o seu handicap. Assim que o sujeito realizava a sua escolha, era lhe solicitado que a justificasse. Em relação à segunda prova, esta avaliava a capacidade da criança em perceber o outro do ponto de vista afectivo. É constituída, originalmente, por quatro histórias das quais se utilizaram apenas duas, tendo em conta os objectivos do referido estudo: “o presente” e “a praia”. Para cada uma destas situações, com base na respectiva ilustração contaram-se duas histórias, uma com uma consequência positiva (A) e outra com uma consequência negativa (B). De seguida, foi requerido ao sujeito que escolhesse, para cada história, um dos três rostos apresentados: a sorrir, a chorar e neutro e que melhor representasse o estado emocional do personagem. Por último, foi pedido ao sujeito que justificasse a sua escolha.

A série *Compreensão Pró-Social* consiste numa adaptação efectuada por Strayer et al. (1989), da prova de Eisenberg (1979), citados por Strayer et al. (1994). Esta prova permite avaliar a predisposição da criança para intervir ou não de forma pró-social face a uma criança em situação problemática. Para além de analisar a atitude da criança, procura também examinar a compreensão que ela tem relativamente às necessidades do outro. Esta versão é constituída por quatro provas, das quais se utilizaram apenas três: “Piquenique”, “Jardim de Infância” e “Festa”. A criança escolhe um possível final de carácter pró-social ou egoísta, após lhe ter sido contada uma história sustentada em ilustrações. Num primeiro momento, o sujeito justificou a sua resposta para, num segundo momento, o confrontarmos com a consequência da sua escolha. Foi dada a oportunidade de manter ou alterar a sua resposta, contudo teve sempre de a justificar.

É importante referir que as ilustrações, bem como as personagens utilizadas nas diferentes histórias, se encontravam adaptadas ao género da criança. Ou seja, tratando-se de um sujeito do sexo masculino, as personagens das histórias e as figuras que constavam nos cartões eram rapazes. No caso de o sujeito ser do sexo feminino, as personagens seriam raparigas.

## Procedimento

*Aplicação do AQS – versão 3.0 (Waters, 1995) às mães.* Nesta fase foi aplicado o questionário às mães durante as visitas domiciliárias. O investigador esteve sempre presente durante a realização deste questionário, explicando o seu funcionamento e esclarecendo as dúvidas que, eventualmente, surgiam. A duração média de cada questionário foi de 50 minutos, aproximadamente. Inicialmente, foi realizada uma pequena entrevista à mãe a fim de averiguar o contexto familiar. As instruções dadas foram semelhantes para todas as mães, estando sempre presente o cuidado para que todas

compreendessem os objectivos e instruções dadas, bem como um período de tempo para que se familiarizassem com o instrumento.

*Bateria de Provas Sócio-Cognitivas (Strayer et al., 1994).* Estas provas foram realizadas em duas sessões diferentes, valorizando sempre a sua vertente lúdica, solicitando a ajuda da criança para as concretizar. Na primeira sessão realizaram-se as seguintes provas: “Escolha de um rosto (A e B)”, “Escolha de um presente” e “Emoções (A e B/Outono)”. Na segunda sessão realizaram-se as seguintes provas: “Escolha de um rosto (A e B)”, “Piquenique”, “Jardim de Infância” e “Festa”. Saliente-se que a cotação das mesmas foi realizada por dois experimentadores, procurando-se assim obter concordância entre ambos, tendo como objectivo uma cotação mais fiável dos dados.

### 3. Resultados

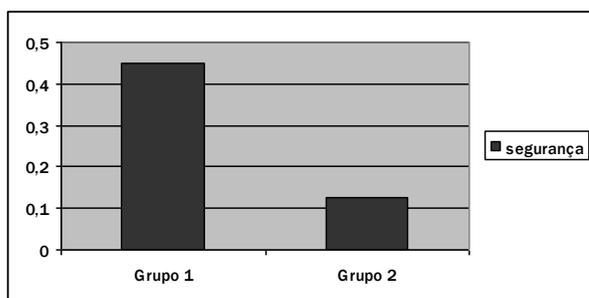
Numa primeira fase, este tratamento estatístico restringiu-se à Qualidade da Relação de Vinculação das crianças às mães e, posteriormente, estendeu-se à relação entre a Qualidade da Vinculação e a Cognição Social das crianças constituintes da nossa amostra.

#### *Fase I – Qualidade da relação de vinculação à mãe*

Tendo em conta os postulados de Posada, Goa, Wu, Posada, Tascon, Schoelmerich et al. (1995), e utilizando o mesmo procedimento, considerou-se o princípio de base segura como um fenómeno universal e independente de grupos sócio-culturais. Assim, procurou-se verificar a existência da noção de base segura na relação diádica (mãe-criança). O score de Segurança, obtido através da aplicação dos AQS aos participantes deste estudo, foi correlacionado com o valor critério da criança definida teoricamente como segura,

baseando-nos nos valores dos critérios relativos à criança ideal (Waters, 1995). Tal correlação propunha recolher os valores de critérios destas crianças no constructo em questão (Posada, Waters, Crowell & Lay, 1995).

**Figura 1 - Critério score de Segurança para as mães**



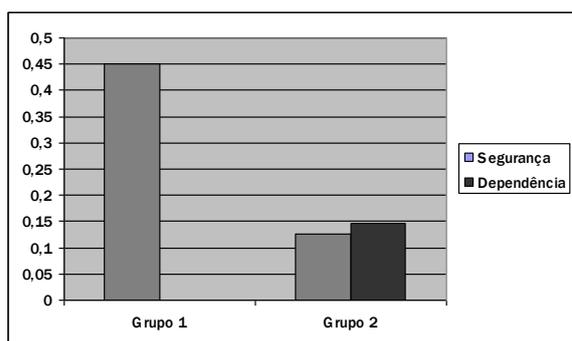
Da análise da Figura 1 podem-se verificar as percepções das mães quanto à relação estabelecida com as crianças, relativamente ao critério score de Segurança.

Os valores obtidos pelas crianças da nossa amostra, comparados com os valores critério da criança tida como teoricamente segura, de acordo com Posada et al. (1995) indica que a criança usa a mãe como base segura. Os dados confirmam, assim, a presença deste fenómeno na amostra em estudo.

*Classificação dos sujeitos dos critérios scores da Segurança e Dependência com base nas representações das mães.* Depois de se efectuar uma análise global da amostra, realizou-se uma classificação dos participantes nas dimensões da Segurança e Dependência, com base nas percepções maternas. Deste modo, utilizou-se um procedimento estatístico, através de uma análise multivariada – a Análise Hierárquica de *Clusters* – que permitiu avaliar e identificar a diversidade comportamental presente na amostra e distinguir grupos de crianças com comportamentos semelhantes. Assim, esta técnica permitiu dividir a amostra em grupos, proporcionando uma análise incisiva dos mesmos, nas dimensões reflectidas nos itens do AQS e sintetizadas nos valores de critério de Segurança e

Dependência (Strayer, Veríssimo, Vaughn & Howe, 1995). Como resultado obtiveram-se dois grupos diferentes de crianças: o grupo 1 das crianças descritas como seguramente vinculadas, constituído por 36 crianças, e o grupo 2 das crianças descritas como inseguramente vinculadas, constituído por 14 crianças. A dicotomia identificada pode ser analisada na Figura 2.

Figura 2



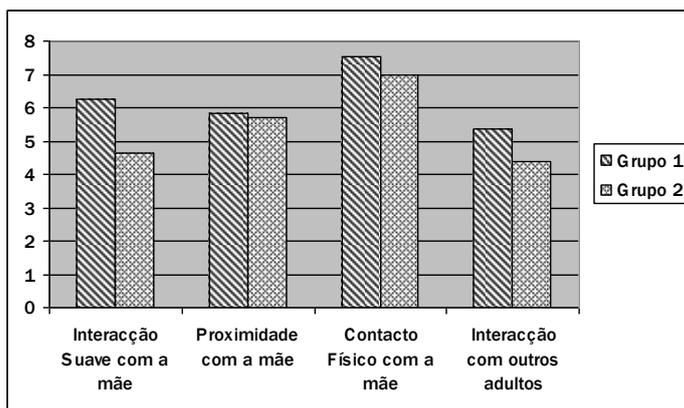
Ao nível do valor de critério da Segurança, verifica-se a existência de diferenças significativas ( $F(1, 49) = 103,870$ ,  $p < 0,001$ ) entre os grupos. Analisando a figura 1, constata-se que o grupo 1 apresenta valores mais elevados que o grupo 2.

Quanto ao score de Dependência, também se encontraram diferenças significativas ( $F(1, 49) = 4,726$ ,  $p < 0,035$ ) entre os grupo 1 e o grupo 2, obtendo-se valores díspares entre ambos, uma vez que estes foram mais elevados no grupo 2.

Seguidamente, analisou-se as características dos dois grupos identificados pelas mães de acordo com as escalas definidas por Posada et al. (1995).

*Análise das características dos dois grupos identificados pelas mães tendo em conta as Escalas definidas por Posada e Waters (1995). Através de uma Análise de Variância, avaliaram-se os resultados obtidos pelos dois grupos nas escalas de Posada e Waters (1995).*

Figura 3 – Médias dos dois grupos nas Escalas de Posada e Waters (1995)



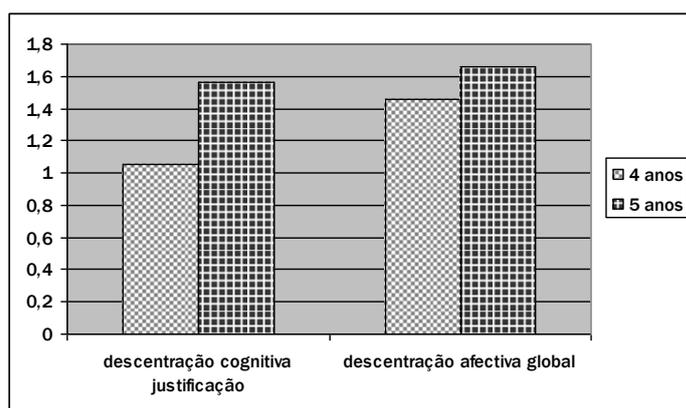
Analisando e comparando os dois grupos identificados, verifica-se que o grupo 1 (seguramente vinculados) apresenta sempre valores superiores relativamente ao grupo 2 (inseguramente vinculados), embora estas diferenças nem sempre se apresentem como significativas em algumas escalas.

Os valores obtidos para ambos os grupos são significativamente diferentes ( $p < 0,05$ ), excepto na escala *Proximidade com a mãe*. A escala *Interação Suave com a mãe* é a que apresenta uma maior discrepância quando se comparam os valores entre os dois grupos, uma vez que o grupo 1 apresenta valores significativamente mais elevados. Comparando as escalas entre si, verificou-se que a escala *Contacto físico com a mãe* é a que apresenta valores mais elevados em ambos os grupos. Restringindo a análise do gráfico somente aos dados obtidos pelo grupo 1, e desprezando a escala *Contacto físico com a mãe*, verificou-se que este grupo obteve valores mais elevados na escala *Interação Suave com a mãe*. Quanto ao grupo 2, foi na escala *Proximidade com a mãe* que se evidenciou, quando comparado com as restantes escalas. Na escala *Interação com outros adultos*, ambos os grupos obtiveram valores mais baixos. Omitindo esta, o grupo 1 apresenta valores inferiores na escala *Proximidade com a mãe*, enquanto que o grupo 2 apresenta valores mais baixos na escala *Interação Suave com a mãe*.

*Fase II – Qualidade da Vinculação e Cognição Social*

**Análise da Cognição Social em função da idade e do género.** Considerou-se importante para este estudo verificar a existência de diferenças significativas nos domínios da Cognição Social, especificamente a descentração cognitiva e a descentração afectiva. Esta análise efectuou-se relativamente à idade e ao género das crianças da nossa amostra, através de uma Análise de Variância.

**Figura 3 - Médias da Cognição Social em função da idade**



Com base na análise do gráfico 3, observaram-se diferenças significativas entre as crianças de quatro e cinco anos, uma vez que as últimas apresentaram valores mais elevados em ambas as dimensões referidas anteriormente.

Quanto ao género dos participantes, não se observaram diferenças significativas entre as crianças do sexo masculino e as do sexo feminino, ao nível da variável Cognição Social.

**Correlação entre os Critérios score da Segurança e Dependência com base nas representações maternas e as dimensões da Cognição Social.** Decidiu-se correlacionar os valores obtidos pelo score da Segurança e Dependência, entre a mãe e a criança, e os valores obtidos pelas crianças nas provas Compreensão Pró-Social e Descentração Afectiva e Cognitiva. Através do Coeficiente de Correlação de Pearson, constatou-se que o critério score da Segurança se encontrava significativamente correlacionado com a Descentração Cognitiva ao nível da medida global ( $R= 0.460$ ,  $p<0,05$ ), bem como ao nível

da justificação ( $R= 0,433$ ,  $p<0,05$ ). Deste modo, as crianças percebidas pelas mães como seguras apresentavam valores mais elevados nesta dimensão da Cognição Social, demonstrando assim competência na justificação das suas respostas. Nas restantes dimensões (Compreensão Pró-Social e Descentração Afectiva) não se verificou qualquer correlação com o score de Segurança ( $p> 0,05$ ), quer ao nível da medida global, resposta ou justificação.

Em relação ao score da Dependência não se verificou uma correlação ( $p> 0,05$ ) relativamente a qualquer dimensão da Cognição Social, quer ao nível da medida global, resposta ou justificação.

*Correlação entre as Escalas de Posada e Waters (1995) e as dimensões da Cognição Social.* Foi realizada uma correlação de Pearson entre as Escalas de Posada e Waters (1995) e as variáveis da Cognição Social. Com esta correlação, observou-se que a escala respeitante à Proximidade com a mãe se encontrava correlacionada com a Compreensão Pró-Social ( $R= -0.288$ ,  $p<0.042$ ). Assim, quanto maior a proximidade que a criança tem com a sua mãe, menores os valores da Compreensão Pró-Social.

Nas restantes escalas e provas não se encontrou qualquer correlação.

*Análise das dimensões da variável Cognição Social com base nas representações maternas sobre a Qualidade da Vinculação.* Decidiu-se averiguar, através de uma Análise de Variância, a presença de diferenças significativas nos dois grupos, descritos pelas mães como seguro e inseguro, nas diferentes dimensões da Cognição Social: descentração cognitiva, afectiva e compreensão pró-social. Este procedimento estatístico revelou-nos a inexistência de diferenças significativas nas diferentes provas sócio-cognitivas, entre ambos os grupos.

#### 4. Discussão

A questão de investigação abordada neste estudo pretendia analisar a relação entre a Qualidade da Vinculação e a Cognição Social, revelada pelas crianças em idade pré-escolar. Com este objectivo, efectuaram-se várias análises, tanto a nível global da amostra como a nível dos dois grupos de crianças identificados.

Numa relação de vinculação, a criança tende a utilizar a sua figura vinculativa, tanto como suporte para a sua exploração activa do meio envolvente, como uma fonte securizante para a qual pode sempre regressar quando se encontra numa situação de *stress*. Esta situação, de acordo com Bowlby e Ainsworth, designa-se de fenómeno de base segura, o qual reflecte o funcionamento do sistema de controlo da vinculação ao longo do tempo. Por sua vez, este fenómeno constitui um marco para a relação de vinculação entre a criança e a sua figura vinculativa, caracterizando-se como um fenómeno universal, presente em todos os contextos sócio-culturais (Posada, Gao, Wu, Posada, Tascon, Schoelmerich et al., 1995). Deste modo, como era esperado, este conceito confirmou-se nas díades presentes na amostra.

Através de uma Análise de Variância, verificou-se que não existiam diferenças significativas relativamente aos critérios score da Segurança e Dependência, tanto em função do género como da idade. Durante o segundo e a maior parte do terceiro anos de vida, os comportamentos de vinculação apresentam-se mais evidentes, tornando-se progressivamente menos activos devido a um maior desenvolvimento sócio-cognitivo por parte da criança (Oliveira, 2003). O historial de uma vinculação segura permite à figura vinculativa realçar a capacidade para explorar a mente da criança e promover-lhe uma postura similar de investigar com intenção os seus estados mentais, iniciando assim a descoberta de um novo mundo social (Fonagy et al., 2007). Numa fase de desenvolvimento posterior, como na idade pré-escolar, surgem

comportamentos mais autônomos e menos dependentes do seio familiar, o que pode estar associado ao estabelecimento de novas relações sociais. Ranson & Urichuk (2008) afirmam que estudos demonstram que a vinculação segura, aos 18 meses, evidencia interações diádicas mais frequentes e competentes (Easterbrooks & Lamb, 1979; Urban et al., 1991) e que a vinculação segura demonstra maiores competências de pares no pré-escolar (Lieberman, 1977). Uma vez que ambas as idades pertencentes à nossa amostra estão inseridas na idade pré-escolar, não seria, portanto, de esperar diferenças notórias entre ambas as idades. Os resultados obtidos neste estudo, confirmam os pressupostos teóricos referidos, relativamente à idade. Relativamente ao género, a inexistência de diferenças significativas pode ser devido ao facto de esta variável constituir uma característica tão intrínseca à criança que, por si só, não poderia influenciar o score da Dependência e Segurança, presente numa relação de vinculação. Contudo, esta variável quando interligada com outras, nomeadamente a tendência das mães para encorajar e falar mais frequentemente sobre sentimentos com as raparigas do que com os rapazes (Schaffer, 1996), pode surtir um efeito mais significativo. À semelhança do que sucedeu na análise descrita anteriormente, também não se encontraram diferenças significativas ao nível da idade e do género dos participantes da amostra em estudo, relativamente às escalas de Posada e Waters. Tal evidência pode ser justificada tendo em conta as mesmas razões referidas quanto aos critérios score de Segurança e Dependência.

Realizou-se uma Análise Hierárquica de *Clusters* que permitiu identificar dois grupos de crianças: grupo 1 – crianças seguramente vinculadas e grupo 2 – crianças inseguramente vinculadas. No que se refere ao score de Segurança, as crianças descritas pelas mães como tendo uma vinculação segura apresentaram valores significativamente superiores, relativamente às crianças descritas como tendo uma vinculação insegura. O termo de vinculação, abordado por Bowlby, encontra-se

intrinsecamente relacionado com a qualidade das interacções sociais geradas na díade, concretamente a responsividade, sensibilidade e disponibilidade demonstrada pela mãe na resposta aos sinais emitidos pelo seu filho (Waters & Cummings, 2000). As díades que reúnem todas estas características potenciam uma relação de vinculação segura, o que vem justificar a diferença nos resultados da nossa amostra. No que se refere ao score de Dependência, as crianças descritas pelas suas mães como tendo uma vinculação insegura apresentaram valores significativamente superiores, relativamente às crianças descritas como tendo uma vinculação segura. Uma possível justificação baseia-se na adopção do que Batson (1991) chamou de atitude empática. Um prestador de cuidados deve tomar a perspectiva de dependência do outro, no sentido de ajudá-lo, de forma sensível e eficiente, a atingir os seus objectivos. Na relação de vinculação, o objectivo do sistema vinculativo da criança é também o objectivo do sistema vinculativo do prestador de cuidados (Reizer & Mikulincer, 2007). Contudo, o controlo deste sistema assiste, progressivamente, a um declínio deste sentimento de dependência uma vez a representação do seu comportamento, bem como do comportamento da figura vinculativa, permite à criança uma maior competência para se auto-regular e, por sua vez, ser mais autónoma. Relativamente ao facto do grupo 2 ter apresentado valores mais elevados no score da Dependência, do que no score da Segurança, estes podem ser explicados se pensarmos que as crianças com uma vinculação insegura não partilham um comportamento de base segura com o prestador de cuidados, o que não permite a emergência e construção, pelo menos de um modo tão eficaz, da sua autonomia.

Analisando a relação entre as escalas de Posada e Waters e os dois grupos derivados da nossa amostra, verificou-se que existiam diferenças significativas. Constatou-se assim que o grupo 1, caracterizado com uma vinculação segura, obteve um maior destaque nas escalas: *Interacção Suave com a mãe*, *Contacto físico com a mãe* e

*Interação com outros adultos.* Os comportamentos subjacentes a estas escalas remetem para interações diádicas que privilegiam uma relação harmoniosa, sincrónica, afectuosa e disponível, sugerindo uma vinculação reciprocamente satisfatória, o que caracteriza a existência de uma organização segura dos comportamentos. Estas características estão intrinsecamente implícitas numa vinculação segura, o que se reflecte na escala *Interação Suave com a mãe*. Abordando somente a escala *Contacto físico com a mãe*, os resultados obtidos são congruentes com o que foi referido por Posada et al. (1995) quando estes argumentam que as crianças com vinculações seguras são geralmente julgadas como apreciadoras de contacto físico com a figura vinculativa, obtendo um maior consolo com este contacto do que as crianças com uma vinculação insegura. O comportamento na relação de vinculação possibilita a proximidade e a protecção. Uma vez vinculadas, as crianças utilizam a sua base segura desenvolvendo um sentimento de auto-confiança e auto-regulação do seu comportamento para explorar o meio circundante, investindo assim na sua própria autonomia (Bowlby, cit. por Bretherton, 1992). Estas crianças, seguramente vinculadas, uma vez que experienciaram interações harmoniosas e estimulantes, nas suas primeiras relações sociais, revelam uma maior predisposição para estabelecer um contacto com outras pessoas que não lhes sejam familiares, desenvolvendo expectativas positivas face às relações interpessoais, o que vai ao encontro dos resultados obtidos na amostra em estudo.

Também característico do fenómeno de base segura é o regressar para junto da mãe como o seu porto de abrigo e o seu refúgio, mantendo simultaneamente uma relação de proximidade e afastamento, desde que tenha noção da sua localização. Quer as crianças segura ou inseguramente vinculadas necessitam de estar próximas da sua figura de referência. Contudo numa vinculação segura, as mães conseguem responder aos sinais dos seus filhos de uma forma mais contentora do que numa vinculação insegura. Por esta razão, não se observaram diferenças significativas na escala *Proximidade com a mãe*.

Segundo Posada, Waters, Crowell e Lay (1995), esta conclusão foi ao encontro dos resultados obtidos no relatório de Fonagy, Steel e Steel's (1991) e no estudo efectuado por Vaughn e Waters (1990).

Com o objectivo de investigar e aprofundar as dimensões da Cognição Social, verificou-se se existia uma relação entre estas e as variáveis idade e género. A nível da idade, os resultados obtidos revelaram que existiam diferenças significativas, uma vez que as crianças de cinco anos apresentaram valores superiores, relativamente às crianças de quatro anos. Tal sucedeu quanto à Descentração Cognitiva justificção e quanto à Descentração Afectiva global. Segundo Schaffer (1996), a descentração cognitiva pode surgir mais precocemente, por volta do segundo ano de vida, relativamente à descentração afectiva que só emerge alguns anos mais tarde. As crianças de quatro anos quando confrontadas com dilemas sociais e morais, como apresentados nas nossas provas, revelam alguma competência ao responderem adequadamente à situação. Contudo, demonstram alguma dificuldade em justificar a resposta escolhida uma vez que não possuem uma descentração cognitiva consolidada. Em relação à diferenciação emocional, Harter e Barns (1981, cit. por Schaffer, 1996) verificaram que as crianças dos três aos quatro anos ainda se apresentavam como egocêntricas, uma vez que tendiam a atribuir aos pais a mesma emoção que eles próprios sentiam. A criança assume que o seu conhecimento é ocupado e acessível por todos, isto é, o mundo é partilhado entre todos nós e apenas o tempo pode dar unicidade à nossa própria perspectiva. A estruturação desta singularidade é uma experiência gradual, conduzida por um processo que dirige a construção de inferências correctas, a atribuição e a representação de diferentes conteúdos do conhecimento da mente, tanto a sua como a dos outros (Fonagy et al., 2007). Tal facto não se verifica nas crianças mais velhas, uma vez que já conseguem perceber que diferentes indivíduos podem sentir diferentes

emoções perante a mesma situação, o que foi confirmado na amostra em estudo. A nível do género não se encontraram diferenças significativas nos resultados obtidos, quanto às dimensões da Cognição Social. Talvez outros resultados não seriam de esperar, uma vez que existem outras variáveis mais preponderantes e preditivas que exercem uma maior repercussão futura no desenvolvimento sócio-cognitivo, mais do que o facto da criança ser rapaz ou rapariga.

No sentido de explorar a qualidade da relação de vinculação, remetendo para os critérios score de Dependência e Segurança, quando associada com as dimensões da Cognição Social, procurou-se averiguar a existência de uma correlação entre ambas. Relativamente ao score da Dependência, não se verificou uma correlação com a Descentração Cognitiva, Afectiva e a Compreensão Pró-Social, quer a nível global, da resposta ou de justificação. Quanto ao score de Segurança, verificou-se a existência de uma correlação apenas na Descentração Cognitiva, a nível global e de justificação, não existindo diferenças nas restantes dimensões. Assim, podemos inferir que quanto mais as crianças foram percebidas como seguras, mais elevados foram os resultados obtidos na dimensão Descentração Cognitiva global e justificação. Tal facto pode ser justificado pela presença, nos primeiros anos de vida, de uma união emocionalmente significativa, que proporcione conforto e estabilidade e que potencie a construção de expectativas e representações positivas acerca de si e dos outros. Futuramente, estas crianças tendem a extrapolar para outras realidades e contextos o que vivenciaram na sua relação de vinculação sensível, responsiva e de aceitação, ajudando-as a compreender e identificar os pensamentos e intenções dos outros fomentando condutas socialmente adaptadas.

Remetendo ainda para a variável Cognição Social, verificou-se que existia uma correlação entre a dimensão Compreensão Pró-Social – que avalia a tendência da criança para intervir de um modo altruísta – e a escala *Proximidade com a mãe* de

Posada e Waters (1995). Desta forma, quanto maior a proximidade da criança à sua mãe, ou seja, a necessidade que ela demonstra pela aprovação e atenção da sua figura vinciativa, menor é a compreensão pró-social que a criança desenvolve face a situações de dilema moral e social. Esta situação pode ser justificada pelo facto da criança não conseguir regular o seu próprio comportamento, demonstrando um fraco desenvolvimento da sua autonomia, uma vez que necessita da mãe para orientar o que deve ou não fazer e para responder às suas próprias necessidades. Assim, da mesma forma que a criança não se consegue auto-regular, também não consegue regular o seu próprio comportamento em função dos outros, não agindo de um modo pró-social.

Ao contrário do que sucedeu na análise acima realizada, em que se correlacionou as dimensões da Cognição Social com as escalas de Posada e Waters, não se verificaram diferenças significativas aquando a análise efectuada entre as mesmas dimensões e os dois grupos derivados da amostra em estudo. Uma justificação possível para esta ocorrência pode ser o facto de, na análise anterior, se comparar o desenvolvimento sócio-cognitivo com comportamentos mais específicos, do que nesta última análise. Ou seja, na análise realizada, através das escalas, traduz comportamentos mais típicos e particulares da dinâmica estabelecida na díade, reflectindo de um modo mais próprio os comportamentos vinciativos. Por sua vez, na dicotomia seguro/inseguro este facto não é tão evidente porque esta classificação tende a rotular a díade como segura ou insegura, o que vai limitar a interpretação que se faz da relação de vinculação entre a criança e o seu prestador de cuidados, não permitindo deste modo inferir para além dessa etiquetagem. Tendo em conta Mary Ainsworth, é importante referir que esta categorização remete para a relação que se estabelece, não sendo algo inerente à própria criança, pois não existem crianças seguras ou inseguras, mas sim relações de vinculação seguras ou inseguras a determinadas figuras.

A investigação da cognição social, numa perspectiva desenvolvimentista, é fundamental na medida em que permite analisar o desenvolvimento da criança, abrangendo um período muito abrangente do seu crescimento. Deste modo, esta abordagem permite-nos perceber como a criança, numa fase bastante precoce, exibe uma capacidade para atribuir e compreender os seus próprios estados mentais e, mais tarde, extrapolar esta competência para os demais. Este saber, entre muitas outras aptidões, facultou-nos um conhecimento mais aprofundado das capacidades intelectuais, relacionais e emocionais da criança e perceber como estas podem facilitar o acesso à compreensão do seu desenvolvimento posterior.

Assim, com a realização deste estudo, espera-se ter contribuído para realçar este propósito. Associada a estas capacidades intelectuais, relacionais e emocionais da criança, encontra-se a relação de vinculação que, por si só, não prediz o desenvolvimento sócio-cognitivo, sendo fundamental considerar outras variáveis, tais como o temperamento da criança, a sensibilidade, a prática parental e as competências adquiridas fora do contexto familiar. Considerando apenas a variável temperamento, é importante ter em conta a influência dos factores geneticamente transmitidos como uma explicação que pode potencialmente elucidar a relação observada, entre a capacidade da figura vinculativa em pensar sobre os estados mentais da criança e o posterior desenvolvimento sócio-cognitivo (Meins et al., 2002). Como tal, a pesquisa futura deveria debruçar-se sobre estes propósitos.

Estas sugestões para futuras investigações ganham consistência nas afirmações de Schaffer (1996), o qual refere que alguns tipos de comportamentos parentais estão mais intimamente associados ao desenvolvimento de tendências pró-sociais por parte das crianças. Também para Reizer e Mikulincer (2007) afirmam que as representações mentais positivas da figura vinculativa inclui modelos internos positivos do *self* como prestador de cuidados, modelos internos positivos das necessidades dos outros como merecedores de

serem ajudados e motivos altruístas de ajuda, competências estas que serão transmitidas à criança ao longo da relação de vinculação. Mais tarde, estas tendências pró-sociais verificam-se não só no contexto familiar, como na relação com os pares (Symons, 2004).

De acordo com Higgins e Parsons (1983, cit. por Schaffer, 1996), determinadas alterações na vida social da criança, como o ingresso na escola ou a entrada no 1º ciclo, modificam o modo como os outros são pensados. Tendo em conta que a amostra em estudo englobava crianças de cinco anos, seria pertinente estudar esta idade em contextos diferentes. Sugere-se, portanto, a realização de um estudo que analise o desenvolvimento sócio-cognitivo entre crianças de cinco anos no contexto de jardim de infância e no contexto de 1º ano do Ensino Básico.

Sabemos que a causa dos problemas comportamentais e emocionais na infância podem ser multifactoriais, incluindo factores biológicos, psicológicos e contextuais. A maior parte destes problemas são relacionais e é reconhecido que a vinculação reflecte um aspecto preponderante do crescimento interpessoal da criança. Deste modo, se é evidente que as interacções entre as crianças e as suas figuras vinculativas orientam um percurso para interacções futuras e comportamentos interpessoais, das quais resultam adultos saudáveis e resilientes (Crick & Dodge, 1994; Howes & Phillipsen, 1998; Masten & Coastworth, 1998; cit por Ranson & Urichuk, 2008), torna-se fundamental proporcionar aos pais o suporte de promoção, prevenção e a educação precoce que eles necessitam para monitorizar uma dinâmica parental positiva para que esta consiga ter um impacto positivo no desenvolvimento posterior da criança a curto e a longo prazo (McVeigh, 2000; cit por Ranson & Urichuk, 2008).

Em suma, a experiência social precoce, adquirida e assimilada no seio de uma relação de vinculação, deve ser vista como o ímpeto para o desenvolvimento posterior das capacidades sócio-cognitivas da criança, permitindo estudar a aprendizagem de uma forma

mais contínua e gradual. Só assim será possível compreender a evolução da criança como um todo, adquirindo um conhecimento mais aprofundado do seu desenvolvimento.

### Referências Bibliográficas

Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.

Ferreira, M. J. (2004). *Relação entre a qualidade da vinculação à mãe e à educadora e a cognição social das crianças em idade pré-escolar*. Tese de mestrado não publicada em psicologia educacional, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Fonagy, P., Gergely, G., & Target, M. (2007). The parent -infant dyad and the construction of the subjective self. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48, 288-328.

Foster, J. D., Kernis, M., & Goldman, B. M. (2007). Linking adult attachment to self-esteem stability. *Self and Identity*, 6, 64-73.

Meins, E., Fernyhough, C., Wainwright, R., Das Gupta, M., Fradley, E., & Tuckey, M. (2002). Maternal Mind-Mindedness and Attachment Security as predictors of theory of mind understanding. *Child Development*, 73, 1715-1726.

Oliveira, C. (2003). *Qualidade da relação de vinculação e ansiedade materna de separação*.

Tese de mestrado não publicada em psicologia educacional, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Posada, G., Goa, Y., Wu, F., Posada, R., Tascon, M., Schoelmerich, A. et al., (1995). The secure base phenomenon across cultures: Children's behaviour, mother's preferences and experts concepts. In E. Waters, B. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Constructs, cultures and caregiving: New growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60, 27-47.

Posada, G., Waters, E., Crowell, J., A., & Lay, K. (1995). Is it easier to use a secure mother as a secure base? Attachment Q-Sort correlates of the adult attachment interview. In E. Waters, B. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60, 133-145.

Ranson, K. E., & Urichuk, L. J. (2008). The effect of parent-child attachment relationships on child biopsychosocial outcomes : A review. *Early Child Development and Care*, 178, 129-152.

Reizer, A., & Mikulincer, M. (2007). Assessing individual differences in working models of caregiving. *Journal of Individual Differences*, 28, 227-239.

Schaffer, H. R. (1996). *Desenvolvimento social da criança*. Lisboa: Instituto Piaget.

Strayer, F., Gravel, F., Pagé, P., & Biazutti, H. (1994). *Manuel d'évaluation de la pensée du jeune enfant*. Laboratoire d'ethologie humaine. Département de psychologie. Université du Québec.

Strayer, F., Veríssimo, M., Vaughn, B., & Howes, C. (1995). A quantitative approach to the description and classification of primary social relationships. In Waters, Vaughn, Posada, & Kondon-Ikemura (Eds.), *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60, 49-70.

Symons, D. K. (2004). Mental State discourse, theory of mind, and the internalization of self-other understanding. *Developmental Review*, 24, 159-188.

Symons, D. K., & Clark, S. E. (2000). A longitudinal study of mother-child relationships and theory of mind in the preschool period. *Social Development*, 9, 3-20.

Thompson, R. A. (1998). Early sociopersonality development. In: W. Damon & N. Eisenberg (eds.), *Handbooks of Child Psychology: Vol. 3. Social, emotional and personality development*, (5th ed.), (pp.25-104). New York: John Wiley & Sons.

Veríssimo, M., Blicharski, T., Strayer, F. F., & Santos, A. J. (1995). Vinculação e estilos de comunicação na criança. *Análise Psicológica*, 1-2 (XIII), 145-155.

Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B., & Santos, A. J. (2003). Qualidade da vinculação e desenvolvimento sócio-cognitivo. *Análise Psicológica*, 4 (XXI), 419-430.

Waters, E. (1995). Appendix A: Attachment Q-Set (version 3.0). In Waters, Vaughn, Posada & Kondo-Ikemura (Eds.), *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60, 234-246.

Waters, E., & Cummings, E. M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development*, 71, 164-172.